

## O CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS DO IFRN: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

### THE INTEGRATED CURRICULUM OF IFRN DOCUMENTS: PERSPECTIVES AND CHALLENGES

José Gerardo Bastos da Costa Júnior<sup>1</sup>

Francisca Leidiana de Souza<sup>2</sup>

Luiz Antonio da Silva dos Santos<sup>3</sup>

Francisco das Chagas Silva Souza<sup>4</sup>

#### RESUMO

Neste artigo, abordamos as perspectivas e os desafios enfrentados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) para colocar em prática a integração curricular. A metodologia constou de um pesquisa documental na qual foram analisados o Projeto Político-Pedagógico (PPP) dessa instituição e cinco Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados (PPC). Constatamos, no PPP, a preocupação do IFRN em destacar as bases teóricas marxistas em que se assentam o seu currículo. A formação integral e a necessária articulação entre a formação geral e a profissional são ressaltadas ao longo do documento. Entretanto, nos textos dos PPC, embora haja recorrências aos princípios defendidos pelo PPP, em algumas situações percebemos um distanciamento com relação às propostas desse documento que norteia o currículo integrado no IFRN.

**Palavras-chave:** Dualidade; Currículo Integrado; Ensino Médio Integrado.

#### ABSTRACT

This article approaches the perspectives and challenges faced by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) that sets in motion the curricular integration. The methodology had documental research that analysed the Pedagogical Political Project (PPP) of the institution and another five Course Pedagogical Projects (PPC) of different Integrated Vocational High School Courses. We perceived, in the PPPs, the concern of IFRN to highlight the theoretical Marxist basis that are present in their curriculum. The integral formation and the necessary articulation between general formation and vocational formation are also highlighted throughout the entire document. Although the PPCs have some recurrences of the principles defended by the PPPs, we also perceived the detachment, in some occasions, from the proposals of the document that supports the integrated curriculum at IFRN.

**Keywords:** Duality; Integrated curriculum; High School, Integrated Vocational High School.

<sup>1</sup> Licenciado em História (UECE), especialista em Planejamento Educacional (UNIVERSO), mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA) e professor do IFRN. E-mail: gerardo.junior@ifrn.edu.br

<sup>2</sup> Bacharela em Turismo (UERN), especialista em Educação e Contemporaneidade (IFRN) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA). E-mail: leidy\_uerntour@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduado em Pedagogia, especialista em Língua Portuguesa e Matemática (IFRN) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA). E-mail: luizantonioantos@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Educação (UFRN) e professor do IFRN e dos Programas de Pós-Graduação em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA) e em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional). E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br

## **INTRODUÇÃO**

A dualidade na educação é tema recorrente, sobretudo, nos estudos no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Mesmo que essa dualidade seja anterior ao capitalismo, como destaca Saviani (2003, 2007), é sob a égide do capital que ela tem sido reforçada para atender às necessidades do mercado, algumas vezes de forma explícita nas políticas educacionais, outras vezes disfarçada sob o discurso da empregabilidade e da qualificação profissional (MOURA, 2007; FRIGOTTO, CIAVATTA, 2006; KUENZER, 2002; OLIVEIRA, 2003).

Na contracorrente desse processo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como outras instituições federais de EPT, seguindo as possibilidades abertas pelo Decreto N° 5.154/2004 (BRASIL, 2004), apresenta, em seu Projeto Político-Pedagógico, publicado em 2012, o desafio de pôr em prática um currículo pautado na integração entre a formação geral e a profissional por meio do Ensino Médio Integrado (EMI). Portanto, mesmo que o Decreto do Presidente Lula tenha se dado num “contexto controverso de democracia restrita” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012), ele, ao permitir a articulação entre processos educativos que estavam separados, avançou “no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (CIAVATTA, 2012).

Neste artigo, visamos abordar os desafios e as perspectivas do IFRN para colocar em prática um currículo pautado na integração. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em dois documentos oficiais dessa instituição: o Projeto Político-Pedagógico e os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados (PPC). Com relação a estes últimos, como percebemos que eles seguem um padrão, tornando-os muito parecidos, selecionamos cinco deles para nossa pesquisa. Obviamente, por serem documentos extensos, focamos o nosso exame no que eles indicam a respeito do currículo integrado.

## **ENSINO MÉDIO INTEGRADO (EMI): UMA PROPOSTA DE SUPERAÇÃO DA DUALIDADE**

Pode-se afirmar que o EMI tem seus fundamentos (filosóficos, epistemológicos e pedagógicos) nas bases teórico-conceituais da omnilateralidade e da politecnia, presentes nos escritos de Marx e Engels, e da escola unitária, presente nos estudos de Gramsci (SOUZA,

PEREIRA; RODRIGUES, 2016). Certamente, tal ruptura com o modelo hegemônico não tem sido feita de forma pacífica e sem desafios e contradições (RAMOS, 2012).

Ramos (2010) propõe três sentidos que, juntos, complementam-se na integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica, a saber: I- A formação *omnilateral*, expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo; II- a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica, com o objetivo de possibilitar que os sujeitos tenham uma formação que, conquanto garanta o direito à educação básica também possibilite a formação para o exercício profissional; e III- a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade curricular.

A politecnia é um conceito muito importante para o entendimento do EMI, motivo pelo qual daremos destaque a ele neste artigo. Etimologicamente, o termo significa uma multiplicidade de técnicas. No entanto, para uma educação que se propõe integralizada, ela vai muito além do mero adestramento para o domínio das técnicas de produção. Nesse sentido, Kuenzer (2002, p. 87) faz uma distinção entre politecnia e polivalência, pois, para essa autora, esta última está centrada apenas na “[...] ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa desta capacidade”.

Dessa forma, a polissemia do termo politecnia e a sua apropriação histórica têm gerado um debate acadêmico entre diversos educadores e pesquisadores, pois, conforme afirma Bemvindo (2016, p. 139), “a construção do vocabulário das diversas classes e frações de classes também é fruto de uma disputa por hegemonia”. Para ele, a denominação “escolas politécnicas” para instituições criadas pela burguesia, na França, é um exemplo de como esse conceito foi apropriado por essa classe após eventos “que consolidaram a burguesia como classe hegemônica, política e economicamente, na França e, mais tarde, em toda a Europa” (2016, p. 140).

Todavia, segundo Nosella (2007, p. 137-138), ao defenderem a ideia de politecnia, os educadores brasileiros estão assumindo um posicionamento historicamente desatualizado. O autor critica a utilização da expressão “formação politécnica”, baseado em uma análise etimológica do termo e por compreender que:

A linguagem (e até mesmo a gramática) é uma expressão histórica que nasce do processo cotidiano de comunicação com toda a sociedade, e por isso revela intencionalidades e interesses práticos, políticos ou ideológicos. [...] Assim, quando alguém insiste no uso de expressões linguísticas que foram bandeiras de políticas educacionais de outros tempos e em outros contextos, se não objetiva tão-somente se comunicar com um restrito grupo de iniciados, subliminarmente afirma que aqueles tempos e contextos passados conversam

hoje o mesmo significado cultural de antigamente. Mas isso não é verdade: os tempos mudaram.

Nosella (2007) faz críticas à compreensão de politecnicidade expressa por Saviani na obra “Sobre a concepção de politecnicidade”, publicado em 1989. Entretanto, é necessário mencionar que a partir de agora” (NOSELLA, 2007, p. 143).

Saviani de várias análises nos textos de diferentes pesquisadores desta temática, Nosella, comenta que dentre estes, “Saviani é o único defensor da educação politécnica que enfrenta a questão semântica um dos mais conhecidos defensores da ideia de que a educação politécnica foi desenvolvida por Marx, afirmando que:

[...] supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual. Isto será organizado de modo que se possibilite a assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da organização moderna. A partir deste conceito, o aluno terá não apenas de compreender todos os princípios científicos que conhece e assimilou de maneira teórica desde o ensino fundamental – em suma, como a natureza e a sociedade estão constituídas –, mas também de ser capaz de aplicar o conhecimento de que dispõe (SAVIANI, 2003, p. 141).

No entanto, segundo Saviani (2003, p. 144), “[...] após minuciosos estudos filológicos da obra de Marx, Manacorda conclui que a expressão ‘educação tecnológica’ traduziria com mais precisão a concepção marxiana do que o termo ‘politecnicidade’ ou ‘educação politécnica’”.

São duas as críticas de Nosella (2007) acerca da obra de Saviani. A primeira, diz respeito à comparação feita por Saviani entre as expressões “ensino tecnológico” e “ensino politécnico” considerando-as como sinônimas nas discussões de Marx. A segunda, refere-se ao fato desse estudioso da EPT ter afirmado que o uso do termo politecnicidade foi preservado na tradição socialista. Quanto a isso, Saviani (2007, p. 163) se explica: “quando falei em ‘tradição socialista’, não era ao socialismo real que eu estava me referindo”. O autor ainda acrescenta: “respeitando o seu significado semântico, conceituei politecnicidade como dizendo respeito aos fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna”.

Em meio a tais embates conceituais entre Saviani (2007) e Nosella (2007), vale destacar que “[...] Nosella diverge do uso do termo *politecnicidade*, e não da ideia de *formação humana integral* que tenha o trabalho como princípio, porém, isso não é pouco e não é uma questão de natureza apenas semântica, como ele mesmo afirma” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1065, grifos nossos).

Bemvindo (2016, p. 141) também critica a ideia de que a politecnicidade seja marxiana:

[...] pretendemos superar a visão consolidada na historiografia de que educação politécnica é sinônimo de educação marxista, através de uma (re)construção histórica do conceito, dando especial atenção às contribuições dos socialistas utópicos e

libertários (anarquistas) na elaboração dessa concepção educativa. Veremos que muitas das ideias amplamente atribuídas ao campo marxista, já haviam sido discutidas por outros campos da crítica ao pensamento burguês, de forma bastante completa. Defendemos, então, que a concepção marxista de educação politécnica é subsidiária das elaborações dos socialistas utópicos e dos anarquistas.

Assumir a integração do ensino básico com o ensino técnico profissional é uma alternativa para uma possível mudança no quadro dual da educação. O EMI pretende a construção de uma educação crítica e reflexiva, como parte de um todo, apoiada nos pilares da escola unitária, “[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 2004, p. 33).

Gramsci (2004, p. 39-40) esclarece que na escola unitária:

[...] a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se atende a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, comércio, etc.) [...] O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 44) compreendem que “os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no ensino médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino”. Ou seja, a integração da formação geral à profissional é percebida como uma expectativa para incluir, por meio da educação, jovens advindos de situações econômicas desprivilegiadas que veem no trabalho uma forma de colaborar com a renda familiar, pois muitas vezes não conseguem ingressar de forma satisfatória na escola.

## **A INTEGRAÇÃO DO CURRÍCULO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO IFRN**

O PPP do IFRN é resultado de uma construção coletiva, participativa e democrática, entre os anos de 2009 a 2012, conforme o texto da introdução desse documento. Na tentativa de desenvolver e articular um currículo integrado, o qual compreenda os diferentes saberes e conhecimentos dos sujeitos, o PPP apresenta, de forma abrangente e pautada em vários estudiosos, as concepções que a instituição tem de ser humano, sociedade, cultura, trabalho, tecnologia, educação e currículo integrado.

A teoria da práxis é a base da concepção institucional de formação técnica, no sentido filosófico, alicerçando-se “[...] na compreensão do ensino como uma totalidade concreta

em movimento e no tratamento da organização curricular perspectivado nas dimensões teleológica, histórico-antropológica e metodológica” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 104).

Como corolário a essa filiação filosófica, a IFRN defende um modelo pedagógico capaz de superar a segregação entre o pensar e o fazer: a educação politécnica. Dessa forma, com base em Machado (1992), o PPP chama a atenção para a diferença entre politecnia e polivalência:

[...] polivalência, no âmbito do exercício profissional, refere-se a um tipo de trabalho multifacetado que obedece a uma racionalização de natureza pragmática, utilitarista e instrumental. Em decorrência, exige-se, principalmente do trabalhador, capacidade de abertura, de adaptação a mudanças e a situações diferenciadas e de flexibilização. Por sua vez, a politecnia, no âmbito do exercício profissional, refere-se à recomposição do trabalho fragmentado, à valorização dos saberes não padronizáveis e ao domínio da técnica em nível intelectual. Em decorrência, exige-se, principalmente do trabalhador, compreensão teórico-prática das bases científicas contemporâneas, dos princípios tecnológicos, da organização e da gestão do trabalho (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 105).

No que diz respeito à perspectiva formadora do IFRN, Morais, Santos e Brandão (2017) sinalizam que a proposta de educação profissional dessa instituição está ancorada no princípio ontológico do trabalho, contrariando a proposta da pedagogia das competências e se aliando a concepção de politecnia, entendida como a formação humana integral na tradição marxiana.

Nesse sentido, o materialismo histórico é o embasamento teórico-metodológico dos documentos oficiais do IFRN e também da pedagogia histórico-crítica (PHC), assumida nos documentos orientadores das práticas pedagógicas realizadas no instituto. Essa pedagogia está referenciada, segundo Libâneo (1991, p.31),

[...] na linha das sugestões das teorias marxistas, que não se satisfazendo com as teorias crítico-reproducionistas postulam possibilidade de uma teoria crítica da educação, que capte criticamente a escola como instrumento coadjuvante no projeto de transformação social. A base da formulação da PHC é a tentativa de superar tanto os limites das pedagogias não críticas, como também os das teorias crítico-reprodutivistas, postulando um empenho em analisar e compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo.

Dessa forma, é possível afirmar que a pedagogia histórico-crítica tem filiação ao pensamento dialético, especificamente na versão do materialismo histórico, vinculando-se à psicologia histórico-cultural desenvolvida pela escola vigostikiana (VIGOTSKY, 2004).

Saviani (2008, p. 185) assim se posiciona quanto ao papel da educação:

A educação é entendida como um ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social põe-se, portanto,

como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e o encaminhamento na solução dos problemas postos pela prática social.

Em conformidade ao exposto, podemos depreender que o papel da educação escolar é o de possibilitar o acesso dos indivíduos aos conhecimentos historicamente acumulados, isto é, à cultura letrada, considerando o caráter dialético dos processos pedagógicos que só podem ser compreendidos na dimensão da totalidade e da práxis.

A pedagogia histórico-crítica tem sido considerada como uma teoria educacional que discute a função social da escola e sugere uma reorganização do processo educativo, destacando o saber sistematizado. Nesse contexto, no PPP do IFRN, compreende-se que esse viés teórico contribui no sentido de mudanças “[...] que, efetivamente, contribuam, no contexto educacional brasileiro, para a superação da dualidade histórica entre a educação profissional e o ensino médio [...], comprometendo-se com uma formação integral e integrada” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 105).

O PPP defende uma concepção de currículo integrado à de completude, à compreensão das partes em relação ao todo ou da unidade dentro da diversidade e da pluralidade. Os dezesseis princípios que orientam os cursos e modalidades de ensino técnico de nível médio da instituição, levando-se em consideração a concepção marxiana de formação técnica, a autonomia pedagógica da Instituição e o significado social desse tipo de oferta, são:

- a) entendimento da realidade concreta como síntese de múltiplas relações;
- b) compreensão de que homens e mulheres produzem sua condição humana como seres histórico-sociais capazes de transformar a realidade;
- c) integração entre a educação básica e a educação profissional, tendo, como núcleo básico, a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia;
- d) organização curricular pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;
- e) respeito à pluralidade de valores e de universos culturais;
- f) respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, traduzidos na estética da sensibilidade, na política da igualdade e na ética da identidade;
- g) construção do conhecimento compreendida mediante as interações entre sujeito e objeto e na intersubjetividade;
- h) compreensão da aprendizagem humana como um processo de interação social;
- i) inclusão social, respeitando-se a diversidade quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos;
- j) prática pedagógica orientada pela interdisciplinaridade, pela contextualização e pelas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia;
- k) desenvolvimento de competências básicas e profissionais a partir tanto de conhecimentos científicos e tecnológicos quanto da formação cidadã e da sustentabilidade ambiental;

- l) formação de atitudes e de capacidade de comunicação, visando melhor preparação para o trabalho;
- m) construção identitária dos perfis profissionais com a necessária definição da formação para o exercício da profissão;
- n) flexibilização curricular, possibilitando a atualização permanente dos planos de curso e do currículo;
- o) autonomia administrativa, pedagógica e financeira da Instituição; e
- p) reconhecimento do direito (dos educadores e dos educandos) à educação, ao conhecimento, à cultura e à formação de identidades, articulado à garantia do conjunto dos direitos humanos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 108).

Considerando o exposto sobre currículo integrado, reforçamos que o PPP do IFRN está baseado em abordagens críticas e pautado pelo modelo do currículo integrado e orientado por um aporte histórico-crítico. Nesse documento, o IFRN assume o currículo como um conjunto de códigos visando a integração de atividades intencionadas e pedagogicamente concebidas tendo por base uma concepção crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a).

Esse processo formativo visa a superação da formação parcelar, historicamente reforçada pela divisão social do trabalho. Significa romper com a preparação para o trabalho na forma simplificada e operacional, buscando-se a formação voltada para o domínio do conhecimento em sua gênese científico-tecnológica e histórico-social (CIAVATTA, 2012).

A organização e o desenvolvimento das aprendizagens no currículo integrado acontecem de modo que os conceitos sejam assimilados como sistemas dialéticos de uma totalidade concreta. Tem como elemento estruturante as relações entre conhecimentos gerais e específicos, ao longo do processo de formação, sob os eixos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Avançando na discussão por meio dos documentos oficiais da instituição e seguindo orientações propostas nos objetivos, na função social e na prática pedagógica do IFRN, os PPC, constituem-se como propostas curriculares que se baseiam na LDB, Lei nº 9.394/96, e pela Lei nº 11.741/08.

Ao fazermos uma apreciação sobre os PPC, no que diz respeito à estrutura, podemos constatar que, quando da elaboração destes, foi seguido um modelo padrão no qual constam: apresentação, justificativa, objetivos, perfil profissional de conclusão do curso, dentre outros elementos. Dessa forma, selecionamos, para a análise dos PPC, os Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio Presenciais em Administração, Edificações, Eletrotécnica, Mecânica e Informática.



Nas apresentações dos PPC, constatamos que a proposta e definição de ensino se baseia “[...] nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora [...]” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012c, p. 5). Afirma-se também que os referidos documentos estão amparados pelos princípios norteadores da Educação Profissional, os quais estão explícitos na Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, Lei nº 9.394/96, e atualizados pela Lei nº 11.741/08, e ainda, pelas resoluções e decretos que normatizam a EPT. Ainda, na apresentação, é ressaltada a importância da formação humana integral dos sujeitos. Nos PPC, há o compromisso destes em proporcionar ao aluno os diferentes tipos de conhecimentos necessários para o desenvolvimento desse processo.

A justificativa de cada curso, da mesma forma que a apresentação, segue um modelo padrão. Inicia-se com uma discussão a respeito dos fatores econômicos e dos avanços tecnológicos, considerando como estes exercem modificações sobre o modo de vida na sociedade. Também é feita uma abordagem sobre a relevância da articulação entre os conhecimentos da formação técnica e geral, a partir do currículo integrado. Ressaltam a importância que o IFRN exerce, tanto sobre a formação do educando, quanto para a economia local.

Na tentativa de cumprir com os objetivos da proposta de ensino do IFRN, os PPC se comprometem com uma oferta de ensino que possa aliar a formação técnica à formação humana dos educandos, os quais enfatizam além da importância da formação técnica, o desenvolvimento da formação crítica e reflexiva dos estudantes.

Contudo, os objetivos gerais dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Mecânica, Eletrotécnica e Edificações apontam exclusivamente para a formação técnica e preparatória para o mercado de trabalho. Por conseguinte, passa uma ideia para o leitor de que esses cursos não têm nenhuma preocupação com a formação mais ampla do sujeito para o mundo do trabalho, ou, como dizem Frigotto e Ciavatta (2006), para a formação do cidadão trabalhador emancipado, mas apenas para o cidadão produtivo. Nesse aspecto, os referidos PPCs são incoerentes com o PPP do IFRN e com o que está escrito nas suas apresentações e justificativas. Um destaque merece ser feito para os Cursos de Administração e Informática, haja vista que ambos demonstram a preocupação com a formação omnilateral dos sujeitos, considerando a responsabilidade social. Também merece ressaltar a alusão feita no Curso de Edificações à preservação do meio ambiente, tanto no objetivo geral do curso, quanto no perfil do egresso.

No que diz respeito ao perfil do egresso dos Cursos Técnicos de Nível Médio pesquisados, quanto às capacidades esperadas, verificamos um predomínio dos aspectos voltados para a formação técnica, salvo o Curso Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica, pois no seu PPC, encontramos catorze habilidades que os profissionais concluintes deverão ser capazes desenvolver, destas, sete são referentes à formação específica do curso e as outras sete estão voltadas para a sua formação integral. É perceptível que o referido curso busca uma similitude entre a formação técnica e a geral, tendo em vista que há uma coerência entre a quantidade das capacidades a serem desenvolvidas pelo profissional num âmbito geral.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do PPP e dos PPC do IFRN evidencia a preocupação institucional em construir um currículo que venha superar, ou minorar, a histórica dualidade na educação brasileira. Nessa perspectiva, a instituição procura articular a formação geral e a profissional, por meio do EMI, para alcançar a tão desejada escola unitária, pensada por Gramsci (2004), ou a politecnia, idealizada pelos socialistas utópicos e reforçada por Marx, como ressaltou Bemvindo (2016).

Entretanto, enfatizamos não é uma tarefa fácil por em prática os fundamentos e princípios do currículo integrado, apresentados nos documentos do IFRN. A “travessia para a formação humana integral” (MOURA, 2013), alicerçada pelo EMI, não se dá sem grandes impasses e desafios. Moura (2013, p. 717) apresenta algumas dessas dificuldades: a disputa política direta com o capital, uma vez que esse tipo de formação claramente não lhe interessa; a incoerência nas ações do governo federal com relação à Educação Profissional; as críticas enfrentadas pelo EMI no âmbito da academia, “desde as correntes mais conservadoras, que defendem a educação de cunho academicista, inspirada no iluminismo, no humanismo liberal, até os progressistas que o consideram como uma concessão aos interesses do capital”.

Somemos às limitações apresentadas por Moura (2013), o fato de que a articulação entre os eixos estruturantes – trabalho, ciência, tecnologia e cultura – torna-se um enorme desafio quando não temos uma política de formação docente para a EPT. Lembremos as incoerências entre os princípios do currículo integrado, expostos no PPP, e os PPC que analisamos. Nestes, em alguns casos, salta aos olhos a preocupação com a formação para o mercado de trabalho, embora neles esteja destacada a formação omnilateral. A ausência de diálogos entre os componentes curriculares da formação científica e a profissional também pode ser verificada, caso analisemos as ementas das disciplinas dos cursos do EMI do IFRN.

Contudo, vale ressaltar que essas dificuldades e incongruências apontadas não se restringem ao IFRN. Impasses para a tão propalada travessia para uma formação integral também são destacados nas investigações realizadas em outras instituições de EPT nas esferas federal e em outras. Um exemplo disso são os resultados da pesquisa desenvolvida por Silva e Colantonio (2013). Ao analisarem um documento elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, as autoras constataram que, nas propostas pedagógicas dos cursos investigados, há uma integração parcial e circunstancialmente. Ou seja, existem avanços em direção ao currículo integrado, mas, ao mesmo tempo, mantém-se a desarticulação entre a formação geral e a profissional.

## REFERÊNCIAS

- BEMVINDO, V. A concepção socialista de educação politécnica: contribuições dos socialistas utópicos, libertários e científicos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 138-162, dez. 2016.
- BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)> Acesso em: 26 mar. 2018.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.
- GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2004.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Natal, 2012a.
- \_\_\_\_\_. **Proposta de Trabalho das Disciplinas nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado Regular e na Modalidade EJA**. Mossoró/RN: IFRN. 2012b. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1/lateral/menu-/ptdem/view>. Acesso em: 17 de out. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em Administração na forma integrada presencial**. Natal, IFRN, 2012c.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em Informática na forma integrada presencial.** Natal, IFRN, 2012d.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em Mecânica na forma integrada presencial.** Natal, IFRN, 2012e.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em Edificações na forma integrada presencial.** Natal, IFRN, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em Eletrotécnica na forma integrada presencial.** Natal, IFRN, 2011b.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 77-95.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1991.

MACHADO, L. R. S. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora.** Campinas, SP: Papyrus, 1992.

MORAIS, J. K. C.; SANTOS, M. G. M.; BRANDÃO, P. A. F. O caminho dos professores na educação profissional: percepções sobre o sentido do trabalho e do trabalho docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, v. 1, n 12, p. 96-110, 2017. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5717/pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos,** Natal, v. 2, p. 1-27, 2007.

\_\_\_\_\_. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e pesquisa,** São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOURA, D.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, v. 20, n. 63, p. 1.057-1.080, out./dez. 2015.

NOSELLA, P. Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, v. 12, n. 34, p. 137-151, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, M. R. N. S. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a formação de professores para a educação profissional e tecnológica. **Educação Superior em debate,** Brasília: INEP. v. 8, p. 159-172, 2008.

OLIVEIRA, R. A **(des)qualificação da Educação Profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOS, M. **Os desafios para a construção do Currículo Integrado**. Osasco: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, set. 2010. (Palestra) Disponível em: <<http://iiep.org.br/blog/2010/09/16/palestra-com-marise-ramos%C2%B9/>> Acesso em: 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 107-128.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores associados, 2008.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 12, n. 32, p. 152-180, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1 p. 131-152. 2003.

SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. Integração curricular: o que revelam as primeiras iniciativas do Ensino Médio Integrado e as suas propostas pedagógicas. In: SILVA, M. R. (Org.). **Ensino Médio Integrado: travessias**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 175-204.

SOUZA, F. C. S.; PEREIRA, U. A.; RODRIGUES, I. S. Ensino Médio Integrado e formação docente: impasses e proposições. **Dialogia**, São Paulo, n. 24, p. 25-37, jul./dez. 2016.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.